

Reis Triunfal

Richard Zenith

Resumo

Não foi por acaso que Pessoa, na mesma carta de 1935 em que conta a história triunfalizante do aparecimento nele de Alberto Caeiro, em Março de 1914, explica que um “vago retrato” do heterónimo Ricardo Reis lhe surgiu já dois anos antes, “aí por 1912”, altura em que esboçara “uns poemas de índole pagã”, em “verso irregular”. Foi, na verdade, um pouco mais cedo, por volta de 1910, que Pessoa começou a escrever poemas de temática pagã, escritos em versos métrica e rimaticamente irregulares. Analisando essa matéria e confrontando-a com os primeiros poemas de Caeiro e de Reis, demonstro que era a matriz comum dos dois heterónimos que, nas suas origens, eram intimamente ligados. Um documento prefacial enigmaticamente datado de 1/2/1914 e redigido por volta de 1915 sugere-nos, aliás, que Pessoa pensava atribuir, já nessa altura, um “dia triunfal” a Ricardo Reis. Traçando toda a evolução do poeta classicista, tento provar que este, mais do que Caeiro ou Álvaro de Campos, era a expressão máxima de liberdade, segundo o conceito do termo defendido por Pessoa. Este era o triunfo maior de Ricardo Reis.

Palavras-Chave: Fernando Pessoa, Ricardo Reis, Alberto Caeiro, Dia Triunfal, paganismo.

Abstract

It is no accident that Fernando Pessoa's 1935 letter containing the triumphal story of the “appearance” in him of Alberto Caeiro, in March of 1914, also states that he had seen a “hazy picture” of heteronym Ricardo Reis two years earlier, “around 1912”, when drafting “some paganish poems” in “unregular verses”. In fact it was a little earlier, around 1910, that Pessoa began to write poems touching on paganism, in verses whose meters and rhymes did not follow strict patterns. Analyzing this material and holding it up to the earliest Caeiro and Reis poems, I show that it was the matrix that gave rise to both heteronyms, intimately related to each other in their origins. Not only that, a prefatory text enigmatically dated “1/ii/1914” and drafted around 1915 suggests that Pessoa thought, already back then, of creating a “triumphal day” for Ricardo Reis. Tracing the evolution of the classicist heteronym, I try to prove that he, rather than Caeiro

or Álvaro de Campos, was the highest expression of freedom, as this term was understood and explicated by Pessoa. This was Ricardo Reis's greatest triumph.

Keywords: Fernando Pessoa, Ricardo Reis, Alberto Caeiro, Triumphal Day, Paganism.

Reis Triunfal

Richard Zenith

Em Outubro de 2010, um pequeno périplo pelo sul da África levou-me a Harare, capital de Zimbabué, para falar sobre Fernando Pessoa na universidade e também, uma noite, num local chamado *The Book Café*. Tanto num lugar como no outro, o público sabia pouco ou nada sobre Pessoa e a falta de recursos materiais era notória. Vi escassos livros na universidade e nenhum em *The Book Café*, ao contrário do que o seu nome prometia. O café funcionava como um espaço – aliás, o espaço em Harare – para pequenos concertos de música popular e outras manifestações culturais, entre as quais a minha apresentação sobre o escritor português. Como costume fazer nessas situações, expliquei como Pessoa se desdobrava em heterónimos com perspectivas, preocupações e estilos diferentes: Caeiro, que vivia no campo e se dizia o “único poeta da Natureza”, o classicista Ricardo Reis, que promulgava um neopaganismo, e Campos, o exclamativo engenheiro naval e sensacionista que viajara pelo mundo e se relacionava tanto com rapazes como com mulheres; e declamei várias traduções minhas dos seus poemas para exemplificar. Falei do interesse do poeta – mais evidente na poesia assinada pelo seu próprio nome – por diversas espiritualidades e pela política e a história do seu país. Mostrei como as personagens do sistema-Pessoa discutiam e por vezes discordavam entre si. O público fazia perguntas, foi uma sessão animada, e a dada altura uma escritora local pôs-se de pé e disse em voz bem alta: “I think what we’re seeing here is that this Fernando Pessoa was a *completely free* man.” E então toda a sala irrompeu num estrondoso aplauso. Olhei à minha volta e percebi vagamente que Fernando Pessoa se tornara, 75 anos após a sua morte e no Zimbabué, um revolucionário. Soube, depois, que o *Book Café* era (e penso que ainda é) um polo de contestação e resistência ao regime actualmente no poder. Com os seus heterónimos e o seu permanente desassossego, Pessoa, naquela noite e para aquela gente, era um símbolo e uma voz, muitas vozes, de liberdade política e pessoal, humana. E essa visão está correcta. Se a heteronímia significa alguma coisa – e pessoalmente acho que significa muitas coisas – significa a libertação de uma só linha de pensamento, de um só estilo, de uma só maneira de ser e até da obrigação de ser alguma coisa.

É à luz dessa liberdade que quero abordar o desempenho de Ricardo Reis no teatro de ser chamado Fernando Pessoa, o que não parece ser um ponto de partida óbvio, uma vez que o classicista está altamente consciente das leis da vida que nos limitam e do destino que nos domina, e escreve odes regidas por esquemas formais algo rígidos. A título preliminar, citarei uma frase de Bernardo Soares: “Não sente a liberdade quem nunca viveu constrangido” (Pessoa, 2013: trecho 50). Vou argumentar que Ricardo Reis atingiu uma liberdade superior à dos outros heterónimos. Superior, digo eu, pelo facto de ser uma liberdade efectiva, real, e não vivida apenas na imaginação de Fernando Pessoa. Primeiro, e porque tudo está ligado, vou rever as origens de Ricardo Reis, particularmente em conexão com o surgimento de Alberto Caeiro.

Na sua carta de 1935 sobre a génese dos heterónimos, Pessoa conta que Ricardo Reis lhe nascera por volta de 1912 sob a forma de “um vago retrato” de um poeta que escrevia versos “de índole pagã” e “num estilo de meia regularidade”. Embora possa ter exagerado quando fala de um poeta já vagamente retratado, é verdade que Pessoa produzira, mesmo antes de 1912, “umas coisas” da dita índole “em verso irregular”, tal como diria na sua carta escrita quase vinte cinco anos depois. Datará de 1910 um poema inacabado intitulado “Paganismo” e atribuído a Vicente Guedes.⁴ A métrica, efectivamente, é meio regular, ou então desleixada, os versos mal contados, como se vê logo na estrofe de abertura:

Os deuses expulsos choram,
Choram os deuses exilados –
Os deuses lúcidos da idade de ouro,
Deuses de corpo nácar e cabelo louro,
Os deuses que já não moram
Nem mesmo nos nossos prados.

Os primeiros dois versos, respectivamente com sete e oito sílabas métricas, rimam com os quinto e sexto versos, ambos com sete sílabas, enquanto os dois versos do meio, um com dez sílabas e o outro com doze, rimam entre si. A disposição dos versos, com a alternância entre dísticos mais curtos e mais longos, talvez seja um vago prenúncio da métrica mais típica de Ricardo Reis: decassílabos em alternância com hexassílabos.

A estrofe seguinte do poema exprime o lamento de que o campo nunca mais “sorrirá repleto”, uma vez que

⁴ O poema, inédito (BNP 35-9), foi escrito num envelope dirigido a Mário Freitas na Rua do Carmo, 35, e carimbado em Lisboa em “5-4-1910”. A abreviatura BNP refere-se ao espólio de Fernando Pessoa à guarda da Biblioteca Nacional de Portugal, e identificado BNP/E3 por extenso.

Perdeu o sentido íntimo da beleza.
 O Cristianismo pálido e a preto
 Deixou apenas o esqueleto
 Da Natureza.

O resto da folha inclui principalmente decassílabos e um dístico de octossílabos. É um poema ainda na forja, é certo, mas tantos versos de medida tão variada deixam-nos com a nítida impressão – corroborada pelo testemunho de Pessoa na célebre carta de 1935 – de que a tal “meia regularidade” era uma liberdade formal assumida e aceite.

É bem possível que o poema de Vicente Guedes devesse fazer parte integrante do “Poema do Paganismo” que Pessoa iniciou nesse mesmo ano. Um fragmento do poema assim intitulado, que consta de vários planos de trabalhos, ostenta a data de 22/6/1910.⁵ Vejamos, no entanto, outro fragmento do poema mais extenso, que datará de 1911, ou talvez 1912.⁶ Foi redigido em papel timbrado de uma firma criada no final de 1910 por Mário Freitas, decerto com a colaboração do seu primo Fernando, provável autor do nome da empresa: “Garantia Social – Agência de Negócios Indeterminados”. Indeterminada também era a métrica do fragmento poético, cuja primeira estrofe reza assim:

E já não se sabia, no mar quedo,
 Na vaga noite mal-clara,
 Qual o negro rochedo
 Donde a sereia cantara.
 Apenas no silêncio
 Do escuro luar azul
 Uma brisa trazia
 Vagos aromas do sul.

Ao decassílabo inicial seguem-se redondilhas em alternância com hexassílabos e nem todos os versos rimam. As estrofes seguintes e os versos que as constituem variam quanto à extensão. Continuam a falar da natureza – de mar, noite, luar e também de floresta, rio e a da “beleza do mundo” – e introduzem neste mundo dois deuses: Apolo e Saturno.

Desta matéria poemática algo caótica nasceu o metricamente rigoroso Ricardo Reis, segundo nos garante Pessoa. Dessa mesma espécie de “naturalismo” pagão (expressão que me ocorre por Pessoa ter chegado a contemplar “Neonaturalismo” em substituição do termo

⁵ O referido fragmento, inédito, figura no documento BNP 11¹⁴X-36. “Poema do Paganismo” destinava-se a *Água Estagnada*, livro de versos concebido em 1910 e ainda em projeto em 1913. Cf. BNP 40-34, 48E-10, 92W-51v, 133F-19, 133M-49 e 144V-47.

⁶ Cf. BNP 66B-38. Inédito.

“Neopaganismo”⁷ nasceu igualmente o versolivrista Alberto Caeiro. Em abono desta afirmação veja-se o facto de sete dos mais antigos poemas de *O Guardador de Rebanhos* rimarem – pelo menos nas suas versões primitivas –, sempre de forma bastante solta, nada rigorosa, e com uma métrica irregular.⁸ Era precisamente este o caso dos diversos fragmentos de “O Poema do Paganismo” escritos nos anos anteriores. Já tive ocasião de referir alguns poemas bucólicos, muito bem rimados, que surgem nas mesmas folhas duplas onde foram redigidas alguns dos primeiros poemas de Caeiro. Desses poemas, três em número, apenas um ficou completo.⁹ Trata-se do seguinte soneto:

Pelos azuis e verdes da Paisagem
 Seguem pálios, pendões, deslumbramentos
 Luzidios, vistosos casamentos
 Das Terras e dos Céus em branda aragem.

As cavalgadas de hálitos, reagem!
 E em camaleonescos pensamentos
 Pairam nas sombras ao calor dos ventos
 Que as suaves mãos da Primavera espargem.

Há uma nova edição da Terra toda;
 Página a página toda ela em roda
 Se abre ao meu paganismo que a compulsa...

E enquanto as seivas fulgem, dando as mãos,
 Meus olhos de poeta são irmãos
 Da minha natureza tão convulsa.

O original tem variantes ao longo do poema e escolhi aquelas que a meu ver melhor funcionam em termos formais e semânticos, sendo a versão apresentada apenas uma de muitas possíveis, perfeitamente adequada para os meus modestos propósitos de confronto comparativo.¹⁰ Ao contrário dos fragmentos de “O Poema do Paganismo”, o soneto transcrito rima de forma perfeita e não ostenta flutuações métricas (em boa verdade, seria difícil imaginar

⁷ O termo surge como título variante de um programa de publicações (BNP 71A-2; Pessoa, 2003: 288).

⁸ O poema XVII de *O Guardador* é o único que rima segundo um esquema, mas usando uma ou outra rima falsa ou imperfeita. Os poemas XVIII e XIX apresentam uma mistura de rimas perfeitas e imperfeitas. A primeira estrofe do poema XXI tem três rimas, uma das quais toante. A versão inicial do poema XXXIX, constituído apenas pelas duas últimas estrofes, tinha uma rima perfeita que desapareceu; a versão final conserva a rima entre “parecem ser” e “compreender”. O poema XXXV possuía um verso, posteriormente suprimido, que também terminava em “compreender” e rimava com “além de ser”. Na versão inicial do poema XX, “ainda” (no final do quinto verso) rimava com “alinda”. Ver os documentos BNP 67-29 e 67-38.

⁹ O meu texto posfacial à edição *Poesia de Alberto Caeiro* menciona dois poemas bucólicos contidos na folha com a cota BNP 67-27 (Pessoa 2014a: 241); um terceiro poema do mesmo género foi parcialmente escrito na folha numerada com a cota BNP 67-29.

¹⁰ Algumas variantes são pouco claras e pelo menos uma – “Abre-se” em vez de “Se abre”, no 11.º verso – resultaria num verso metricamente errado.

que um soneto de Pessoa fosse de outra maneira). O que os dois poemas têm em comum é a sua preocupação com a natureza e a invocação explícita do paganismo. O soneto, aliás, pessoaliza o tema, mediante um eu poético que fala, no primeiro terceto, do “meu paganismo”. Não de todo convencido, Pessoa escreveu “Yet examine” por cima deste candidato à inclusão no ainda incipiente ciclo *O Guardador de Rebanhos*, que foi, é claro, chumbado.

Na mesma altura, Pessoa escreveu um poema em que Alberto Caeiro nos previne: “Rimo quando calha | E as mais das vezes não rimo...” (BNP 67-29ⁿ). Inicialmente destinado a *O Guardador de Rebanhos*, o poema foi logo depois descartado e substituído por aquele – mais peremptório – que principia: “Não me importo com as rimas” (poema XIV). Pessoa-Caeiro conservou o pequeno grupo de poemas que rimavam um tanto aleatoriamente, sem nunca mais escrever outro do género. Em vez da “meia regularidade” patente no “Poema do Paganismo”, optou por uma liberdade total no plano formal. E eliminou qualquer referência ao paganismo. Como mais tarde notariam os seus colegas heteronímicos, Caeiro era um “objectivista absoluto”, além ou aquém de qualquer possibilidade de se declarar partidário do neopaganismo ou de qualquer outra corrente (Pessoa, 2014a: 231-233).

Caeiro, se quisermos, foi um desvio, um feliz acidente. O mais directo herdeiro do monte de versos compostos para “O Poema do Paganismo” foi Ricardo Reis, que incluiria numerosos deuses nas suas odes. Porém este, diferentemente do poeta do poema pagão mais antigo, escreveria versos sempre bem medidos. Mas não exactamente “sempre”, pois não foi assim na altura em que nasceu. Seis das suas primeiras catorze odes – nenhuma das quais publicada em vida de Pessoa – são meio regulares, ou meio irregulares, na sua métrica. Olhamos para a página e vemos estrofes bem definidas, tudo aparentemente conforme com as boas regras, mas contamos as sílabas e descobrimos versos muito descontraídos.¹¹ A disciplina no ritmo impôs-se rapidamente, mas a poesia de Ricardo Reis conservou a tendência – patente no “Poema do Paganismo”, que a terá ido buscar a Horácio – de alternar versos compridos com outros mais curtos.

Não há certezas sobre a data em que nasceram as primeiras composições do poeta-guardador de rebanhos – talvez 4 de Março de 1914 – e muito menos sobre o momento em que este adquiriu o nome de Alberto Caeiro, mas pela evidência dos manuscritos e da correspondência trocada entre Pessoa e Mário de Sá-Carneiro, sabemos que o primeiro surto de

¹¹ Ver as odes “Vem sentar-te comigo, Lídia à beira do rio”, “Ao longe os montes têm neve ao sol” e “Neera, passeemos juntos”, todas redigidas a 12/6/1914; “Diana através dos ramos”, que data de 16/6/1914; e “A palidez do dia é levemente dourada” e “Não tenhas nada nas mãos”, escritas em 19/6/1914.

odes ricardianas, já assinadas pelo heterónimo a quem pertenciam, ocorreu exactamente em 12 de Junho de 1914, véspera do aniversário de Pessoa. Uma delas, especialmente apreciada por Sá-Carneiro, começa assim:

Os deuses desterrados,
Os irmãos de Saturno,
Às vezes, no crepúsculo
Vêm espreitar a vida.

A ode não acusa os homens de terem esquecido ou banido os deuses. Antes recorda, com saudosa melancolia, que os deuses olímpicos destronaram a raça anterior de deuses, os Titãs, entre os quais figurava Saturno. O narrador da ode também evoca Hipérion, irmão de Saturno e o antigo deus Sol, dizendo na quinta estrofe que este, ao fim do dia, luz timidamente no horizonte para “horar pelo Carro | Que Apolo lhe roubou”. Esta alusão remete directamente para os dois poemas, “Hyperion” e “The Fall of Hyperion”, em que Keats explorou e alargou o episódio mitológico, para fins literários e até autobiográficos.

Num ensaio que deveria ser mais divulgado, pois corrige uma ideia errada do nacionalismo de Pessoa, António Feijó (1999) mostra como o poeta recorreu à derrota de Hipérion e dos outros Titãs pelos deuses olímpicos para iluminar, por analogia, a concepção “derrotista” da história portuguesa traçada, algo veladamente, em *Mensagem*. Pela minha parte, quero chamar a atenção para a antiguidade do fascínio de Pessoa pelos poemas de Keats – lidos na sua adolescência – e pela história da conquista dos Titãs pelos novos deuses. O primeiro soneto que Pessoa escreveu em inglês, em Abril de 1904, antes de completar 17 anos, intitulava-se “The Fall of the Titan”, que faz nitidamente lembrar o título keatsiano “The Fall of Hyperion”, o que talvez tenha motivado a alteração do título pessoano para “The Death of the Titan”. Lendo o soneto, parece-nos claro que o Titã em causa é Hipérion, a menos que seja Gahu, um deus titã inventado pelo poeta ainda em Durban para protagonizar um poema épico da sua própria lavra (existem vários fragmentos do poema, redigidos em inglês e quase todos inéditos).¹² Com um nome porventura derivado de Gaia e Urano, o casal que engendrou os Titãs, Gahu, cuja figura trágica foi certamente inspirada no Hipérion de Keats, era o último deus da sua raça, o último condenado a morrer.

¹² Jennings publicou um fragmento de “Gahu” (BNP 49B⁶-43) em fac-símile (Jennings, 1984: 204) e um segundo fragmento que atribuiu a “Gahu” mas que pertence a “The Old Castle” (*ibid.*: 205). Fragmentos inéditos de “Gahu” incluem os documentos BNP 27^oD²-43^v, 49B⁶-41-42 e 49B⁶-44.

Regressando agora à ode de Ricardo Reis, lemos que as “inúteis forças” que são os Titãs derrotados, tornando à Terra como meros espíritos,

Vêm fazer-nos crer,
Despeitadas ruínas
De primitivas forças,
Que o mundo é mais extenso
Que o que se vê e palpa.

Assim, o neopaganismo abraçado pelo classicista representava uma grande abertura espiritual. Transcendia largamente o paganismo dos gregos e dos romanos, pois acolhia os deuses de todas as eras e até o deus cristão, como esclarece outra ode escrita também no primeiro dia da existência de Ricardo Reis: “Cristo é um deus a mais, | Talvez um que faltava” (na ode “O deus Pã não morreu”).¹³ A liberdade de Ricardo Reis começa logo *ab initio*. O seu género de paganismo transversal, aberto a várias tradições e a todas as épocas da história, espelha, no plano religioso, a liberdade que Pessoa reivindicava para si no plano ontológico. Esta reivindicação como que nos assalta através do exército dos seus heterónimos, cujo número e cuja nomenclatura não têm a mínima importância. O que interessa é a liberdade que o princípio de heteronímia representa: poder ser tudo ou nada, indefinido, em contínuo movimento e permanente transformação identitária.

É sabido que houve uma cisão entre Alberto Caeiro e Álvaro de Campos, comprovada pelo facto de o poeta da natureza ter sido também pensado como autor de odes futuristas, projecto que passou para o engenheiro e dândi urbano, precisamente nascido com a composição da “Ode Triunfal”, a mais futurista de todas. Também houvera, antes disso, uma cisão entre Caeiro e Reis. Ambos descendiam do poeta do paganismo concebido por Pessoa já em 1910. Alberto Caeiro ficou com a Natureza pura, objectiva, imediata, sem ontem nem amanhã, enquanto a Ricardo Reis, surgido três meses depois, coube a consciência do mundo “mais extenso | Que o que se vê e palpa” – o mundo de deuses e forças ocultas, misteriosas.

Reis também discursa, faz a apologia dos deuses na sua poesia e ainda mais insistentemente na sua prosa. Podemos, aliás, ver Caeiro como o correlato objectivo do neopaganismo promulgado por Reis, o que justificaria a precedência cronológica que Pessoa quis atribuir a este último. Primeiro nasceu a ideia (o discurso neopagão posto na boca de Reis),

¹³ O Neopaganismo Português, uma variante do movimento neopagão concebida por Pessoa em 1915 ou 1916, dava especial relevo ao paganismo árabe, devido à forte presença dos mouros nos primórdios da portugalidade. No presente estudo interessa-me o paganismo na sua vertente menos nacionalista, mais universal.

depois a coisa em si (Caeiro). Ou então podemos encarar Ricardo Reis como o precursor, o profeta que prepara a vinda de Caeiro, que é o paganismo consubstanciado. Na história da criação heteronímica aperfeiçoada e finalizada em 1935, Pessoa disse que arrancou, do “falso paganismo” de Caeiro, a figura “latente” e o nome de Ricardo Reis. Latente, entende-se, porque correspondia ao “vago retrato” de um poeta pagão que lhe ocorrera por volta de 1912 (segundo diz a mesma carta, mas vimos que foi mais precisamente em 1910). Num primeiro momento, porém, pouco tempo após o nascimento do trio de heterónimos, Pessoa inventou uma história diferente, segundo a qual Ricardo Reis – já com este nome – lhe tinha aparecido mais de um mês *antes* do Dia Triunfal caeiriano.

O curioso texto intitulado “Ricardo Reis – Vida e Obra” foi parcialmente publicado em 1966 (Pessoa, 1966: 385-386), na íntegra em 1994 (Pessoa, 1994: 47), e com sucessivas melhorias de leitura em 2003 (Pessoa, 2003: 278-79) e 2012 (Pessoa, 2012a: 301). Amplamente publicado, o texto tem suscitado sobretudo perplexidade, sem que os especialistas se tenham arriscado a enquadrá-lo nas páginas de auto-fabulação redigidas por Pessoa. A perplexidade instala-se com a primeira frase: “O Dr. Ricardo Reis nasceu dentro da minha alma no dia 28 [*variante*: 29] de Janeiro de 1914, pelas 11 horas da noite”.¹⁴ A perplexidade aumenta ao lermos a data de escrita aposta no final do texto: “1/2/1914”. As datas serão fictícias, ou então tudo o resto do que Pessoa escreveu sobre Ricardo Reis, incluindo nas cartas para Mário de Sá Carneiro, é mentira. Esta segunda hipótese é intrigante, mas impossível.

Pessoa pretende que, na noite em questão, uma reacção sua contra o romantismo moderno e “o neoclassicismo à Maurras” fez com que nele brotasse a ideia de desenvolver um “neoclassicismo científico”. Imaginou uma figura capaz de encarnar essa ideia e, passando agora à própria voz de Pessoa, “em certa altura havia já dentro de mim, grato ao meu ouvido, o nome do ‘Dr. Ricardo Reis’. || Estava tudo completo: a figura estava criada.” As ficções autobiográficas de Pessoa partem sempre de uma verdade fundamental e este caso não é excepção. Com efeito, as primeiras prosas assinadas por Ricardo Reis não versavam sobre paganismo nem se destinavam ao seu ambicioso prefácio à poesia de Caeiro: debruçavam-se sobre o neoclassicismo e a indisciplina moderna. Incluem um texto em que critica Charles Maurras (1868-1952) pelo seu conceito de disciplina erradamente romântico e excessivamente católico, bem como o conhecido

¹⁴ No manuscrito, o autor inicialmente escreveu a palavra “tarde”, riscando-a e substituindo-a por “noute”. Sobre esta palavra (não riscada), escreveu uma palavra que me parece ser a mesma, “noute”, ligando-a com um traço ao número “11”, que também foi escrito duas vezes. É possível, no entanto, que a segunda ocorrência de “noute” seja, na verdade, a palavra “manhã”.

esboço de ensaio sobre a seguinte tese: “A moderna literatura é uma literatura de masturbadores.” No entanto, esses textos não datam do início de 1914, mas sim do final desse ano ou, com menor probabilidade, do início de 1915.¹⁵ O seguinte plano de trabalhos a executar por Ricardo Reis (ver Pessoa, 2003: 290) será contemporâneo e representará a totalidade das suas incumbências em matéria de prosa à data em que foi elaborado:

RR

I. A Indisciplina Moderna.

((1) A I. filosófica. (2) A ind. estética. (3) a I. moral [*variante*: social])

II. Estudos neoclássicos.

1. O princípio clássico.
2. A tragédia grega superior à tragédia moderna.
[*variante*: O drama grego superior ao drama moderno.]
3. Milton superior a Shakespeare.
4. Teoria do neoclassicismo científico.
5. Marcha fúnebre do Cristianismo.
6. A arte moderna produto de masturbação.

O neopaganismo enquanto assunto ensaístico já estava no ar e podia ser pressentido na morte do Cristianismo anunciada como tópico do quinto estudo da lista.

O texto aparentemente prefacial sobre o Dr. Ricardo Reis será ligeiramente posterior a esse plano de trabalhos (o título de doutor, aliás, terá sido conferido ao heterónimo na altura em que este se tornou um neoclassicista “científico” e escritor de ensaios; para Mário de Sá-Carneiro era apenas o “Ex.^{mo} Senhor Ricardo Reis”). Mas a que livro se poderia destinar o presumível prefácio? É impossível saber ao certo, mas tendo em conta o título, “Ricardo Reis – Vida e Obra”, parece-me evidente que a mais de meia página deixada em branco após o relato sobre a geração espontânea do doutor numa noite de inverno teria sido preenchido com as prometidas notícias sobre a “Obra” que realizou, em verso e em prosa.¹⁶ Após esse amplo espaço não

¹⁵ Cf. os documentos BNP 65 e 84-86 em Pessoa, 2003, todos eles pertencentes à agenda de 1911 que Pessoa começou a usar para anotar listas de livros e de poemas em 1913 e para redigir diversos textos – incluindo do *Livro do Desassossego* – entre 1914 e 1916 (caderno BNP 144D²). Como observou Jerónimo Pizarro (Pessoa, 2009: 335), cerca de vinte e cinco páginas foram cortadas e retiradas da agenda. Nelas se incluem as folhas com os referidos textos sobre Maurras (BNP 52A-9) e sobre a tendência masturbadora da literatura moderna (BNP 52A-40), e outras três com textos escritos a tinta preta e caligraficamente parecidos: dois assinados por António Mora (BNP 12¹-76 e 12¹-77) e aparentando pertencer à *Dissertação a Favor da Alemanha* – assim os classificou Manuela Parreira da Silva, que os revelou recentemente (Pessoa, 2012b: textos 161 e 167) – e um texto não assinado que refere o papel de Santa-Rita Pintor no Paulismo (Pessoa 2014b: 146-417). Santa-Rita Pintor regressa de Paris para Lisboa em Setembro de 1914 e é no final desse ano que surge o heterónimo António Mora. Deduz-se assim, com bastante certeza, que os supramencionados textos de Ricardo Reis não terão sido escritos antes dessa altura.

¹⁶ As versões publicadas do texto prefacial nem sempre indicam este espaço em branco e nenhuma dá ideia da sua dimensão.

preenchido segue-se uma conclusão da sua “Vida”, escrita por Pessoa numa formulação que com justiça se pode chamar de lapidar:

Tinha feito tudo o que me era agradável que fizesse. O Dr. Ricardo Reis morreu onde nasceu, em minha alma.

Isto livre do conjunto[?] é o seu solene enterro.

1/2/1914

Segundo esta ficção, portanto, Ricardo Reis nasceu dentro da alma de Pessoa a 28 ou 29 de Janeiro de 1914 e morreu na mesma alma num período de quatro dias no máximo. Repare-se que o “solene enterro” de 1/2/1914 pode ter acontecido um ou dois dias depois de o heterónimo ter deixado de viver. A data precisa da sua morte faz parte da “Vida e Obra” que ficou por contar. Em todo o caso, onde eu pretendo chegar é que Pessoa, muito antes de assentar por escrito o Dia Triunfal de Alberto Caeiro, parece ter contemplado um Dia Triunfal (ou um momento triunfal que durou dois ou três dias) para Ricardo Reis. E tinha boas razões poéticas para isso, pois esse triunfalismo existiu realmente. Em 12 de Junho, dia inaugural da produção de Reis, Pessoa escreveu e datou sete odes, outras quatro no dia 16 e mais três no dia 19. Não parece que a produção caeiriana, na sua primeira semana, tenha sido mais abundante.

Nos primeiros tempos os heterónimos ainda não tinham biografias, o que facilitou a vontade de Pessoa, passageira, de atribuir a Ricardo Reis uma tão curta embora criativamente fulgurante vida, decorrida apenas na sua alma. A razão por que o enterrou tão cedo é obscura para mim, mas poderá prender-se com o facto de o poeta ter realmente deixado de escrever em nome deste heterónimo. Após 16/10/1914, a produção de odes torna-se esporádica. Passam quatro meses até “Não bata palmas diante da beleza” (datada de 12/2/1915)¹⁷, outros quatro até “Tirem-me os deuses” (datada de 6/6/1915), e no período de nove meses desde finais de Agosto de 1915 até 1 de Junho de 1916 não existe uma única ode datada assinada por Ricardo Reis. É possível que Pessoa, em qualquer desses hiatos, tenha pensado que o neoclassicista já dera o que tinha para dar. Seja como for, não admira que tenha pensado antecipar, ficticiamente, a datação da obra de Reis, visto ter procedido de igual modo com uma parte da produção de Caeiro e de Campos.

¹⁷ Ode publicada pela primeira vez em Pessoa, 2007: 156. Existe outra ode com o mesmo *incipit*, datável de 17/7/1914.

Ao longo dos anos 20 e nos primeiros anos da década seguinte as odes de Ricardo Reis surgem com regularidade, mas vão-se tornando mais curtas, raramente contendo mais de doze versos, e os deuses quase deixam de aparecer. Nas 73 odes ricardianas seguramente compostas por Pessoa entre Junho de 1927 e o fim da sua vida, apenas um deus é fugazmente nomeado: Eolo, poeticamente evocado por causa de uma brisa (na ode que começa “Ténue, como se de Eolo a esquecessem”, datada de 13/6/1930) – e até mesmo referências genéricas aos deuses são raríssimas.

É difícil datar os textos de Reis o prosador, mas sabemos que as suas polémicas com Álvaro de Campos sobre as classificações das artes e o ritmo e outros elementos formais da poesia tiveram lugar mais ou menos entre 1928 e 1930,¹⁸ fase em que já não escrevia sobre as doutrinas neopagãs. Tinha deixado de precisar delas. A sua libertação era o resultado natural e inevitável da sua disciplina, na aceção que os escritos do heterónimo davam a este termo e que podemos relacionar com as teorias de Pessoa sobre uma aristocracia interior. Esta disciplina não dispensa a noção de regras, mas depende sobretudo de uma “harmonia natural da alma”. Assim afirma Reis na sua polémica com Álvaro de Campos. “A disciplina do ritmo”, assegura, “é aprendida até ficar sendo uma parte da alma.” O terceiro e último parágrafo do texto que estou a citar (Pessoa, 2003: texto 56) é uma paráfrase e amplificação, em prosa, da sétima ode do conjunto de vinte que Pessoa publicou no primeiro número de *Athena* (1924):

Ponho na altiva mente o fixo esforço
Da altura, e à sorte deixo,
E a suas leis, o verso;
Que, quando é alto e régio o pensamento,
Súbdita a frase o busca
E o 'scravo ritmo o serve.

O pensamento é alto, esclarece Reis no seu texto, quando é “formado de uma ideia que produz uma emoção” e então transmite o “equilíbrio de emoção e de sentimento à frase e ao ritmo” de modo que a frase o busca “e o ritmo, escravo da emoção que esse pensamento agregou a si, o serve”. Neste processo, o poeta não precisa de se preocupar com regras, pois a linguagem e os princípios de versificação espontaneamente servem a força emocional e ideativa do seu poema.

Regressemos aos deuses. Foi precisamente uma errada noção de disciplina, ligada à ideia de pecado e ao desprezo pela vida terrena em benefício de uma vida após a morte, que levou

¹⁸ Ver a “Introdução” de Manuela Parreira da Silva à prosa ricardiana (Pessoa, 2003).

Ricardo Reis a repudiar o Cristianismo, tido como culpável pela decadência geral do mundo ocidental, e a preferir o politeísmo dos gregos e romanos. No entanto, livre do jugo do “cristismo”, como gostava de o apelar, Reis acabou por se libertar também do panteão de deuses – ou da necessidade de crer em deuses e teologias neopagãs ou outras. Levou algum tempo para lá chegar. Por volta de 1917, num texto da sua suposta autoria e intitulado “Programa Geral do Neopaganismo Português”, explica que Fernando Pessoa representa um ramo do movimento que interiorizou o paganismo, atitude que ele – Ricardo Reis – rejeita por considerar que interiorizar é sinónimo de abolir. Passados alguns anos, porém, é justamente isso que o heterónimo faz: interioriza a sua crença em deuses, quiçá abolindo-a, mas sem perder a sua sensibilidade pagã.

É o mesmo processo, decerto não por acaso, que caracteriza o amortecimento da heteronímia nos últimos anos de Pessoa. Aliás, a derradeira ode assinada por Ricardo Reis (“Vivem em nós inúmeros”) parece ser em tudo, excepto no aspecto formal, uma composição ortónima. Em vez de deuses múltiplos, fala dos inúmeros seres que vivem em nós todos. “Tenho mais almas que uma. Há mais eus do que eu mesmo.” Mas o poeta sabe dominá-los: “Faço-os calar: eu falo.” Os “impulsos cruzados” que são os eus que se debatem, não o confrangem. “Nada ditam | A quem me sei: eu escrevo.” O acto de dizer ou escrever é performativo, sendo simultaneamente, ou sinonimamente, um acto de libertação e de afirmação.

Alberto Caeiro e Álvaro de Campos referem-se repetidas vezes à sua actividade poética, mas não enquanto modo e condição de ser, e de ser livre. O mestre diz que ser poeta é a sua “maneira de estar sozinho” (*Guardador I*), mas o que nos propõe para estar e ser no mundo é a percepção absoluta, directa e total das coisas, um olhar sem o sujeito que olha, o que é impossível, como notou Álvaro de Campos no poema “Mestre, meu mestre querido!”, onde lamenta não ter uma alma apta à “clareza de vista” ensinada por Caeiro. Apesar desta lúcida observação, o engenheiro naval vai jorrando versos para exemplificar um *modus vivendi* igualmente fora do alcance humano: “Sentir tudo de todas as maneiras”. A sua poesia, como a de Caeiro, é dominada por um princípio que a transcende e que transcende qualquer hipótese de realização. Dos três heterónimos, apenas Ricardo Reis aposta a sua razão de ser na própria poesia, que escreve com grande esmero. Foi uma aposta ganha, mas não por completo até bem tarde. Melhor dizendo, o ganho foi crescendo à medida que a natureza da aposta foi mudando...

Os primeiros dois versos da primeira ode do seu *Livro Primeiro* – o tal conjunto de vinte odes publicado na *Athena* – mostram bem a primazia da escrita para Ricardo Reis: “Seguro

assento na coluna firme | Dos versos em que fico». Digo mal. Os dois versos citados indicam, antes, a primazia *do escrito*. Ou seja, Ricardo Reis, em 1921, ano em que a citada ode foi redigida, contava com a perdurabilidade dos versos que conseguia moldar, como se fossem inscrições esculpidas, capazes de resistir ao tempo à semelhança de uma estátua grega. Na sua última ode, “Vivem em nós inúmeros”, já não é a escrita acabada que lhe interessa, mas sim o próprio acto – a *performance* – de escrever. A evolução da atitude de Reis face à escrita é análoga à observada na sua atitude religiosa. O objecto do culto – os deuses – perde importância, cedendo lugar ao culto em si, a um “estado de culto”, um espírito de reverência que acompanha o simples acto de estar no mundo. Por isso as odes da última fase poética de Reis têm exortações do género “Teu íntimo destino involuntário | Cumpre alto”, “Cura de ser quem és, amem-te ou nunca”, “Põe quanto és | No mínimo que fazes”, ou ainda: “Para quê complicar inutilmente, | Pensando, o que impensado existe?”. Diferentemente das frases cristalinas de Caeiro, que nos fazem sentir brisas de campos abstractos, e ao invés das jactâncias de Álvaro de Campos, que muito aumentam por breves momentos o tamanho do nosso ser senciente, os modestos dizeres de Ricardo Reis servem para lidar com a realidade. Mais estóico do que epicurista, nunca fora um espírito exuberante. Ao envelhecer torna-se menos triste, mas também um bocado niilista. “Somos contos contando contos, nada”, sentencia numa ode do Outono de 1932.

Quanto ao paganismo, ou neopaganismo, creio que servia não só para formular teorizações sociais, morais e nacionais, mas também, e sobretudo, para sacralizar o acto de viver. Pessoa sugere-o no primeiro texto em que descreve, em pormenor e de forma comparativa, o génio de cada um dos três heterónimos. Refiro-me ao “Translator’s Preface” à poesia de Alberto Caeiro (datável de 1915), onde se afirma que Ricardo Reis, ao contrário de Caeiro, é uma alma essencialmente religiosa. Reis acha que nos deveríamos prostrar não só “ante a objectividade pura das coisas” (como faz Caeiro), mas também “ante a igual objectividade, realidade, naturalidade das necessidades da nossa natureza, uma das quais é o sentimento religioso”.¹⁹ O paganismo de Ricardo Reis acaba por equivaler à sua escrita, através da qual reverenciava tudo o que encontrava fora e dentro de si. O seu ritmo era rito e também sangue a pulsar. De cada vez que compunha uma ode sentia-se existir, sem ter de pisar nada nem ninguém, e sem insultar a sua íntima e inúmera diversidade. “Ser livre não é não ter disciplina, é não precisar de disciplina – ser rítmico e

¹⁹ Nas palavras inglesas do “prefaciador”, que será Thomas Crosse: “According to [Reis], we not only should bow down to the pure objectivity of things (...) but bow down to the equal objectivity, reality, naturalness of the necessities of our nature, of which the religious sentiment is one” (Pessoa, 2012a: 303).

superior.” Esta frase remata um texto inédito de Fernando Pessoa intitulado “A Liberdade” (BNP 92M-52). Proponho Ricardo Reis como o conto exemplar deste conceito.

Referências

- FEIJÓ, António (1999) “Mensagem, a imprecisão denotativa de ‘um drama em gente’ e o anticristianismo de Pessoa”, *Românica*, Lisboa, n.º 8.
- JENNINGS, H. D. (1984) *Os Dois Exílios*, Porto, Fundação Engenheiro António de Almeida.
- PESSOA, Fernando (1966) *Páginas Íntimas e de Auto-Interpretação*, textos estabelecidos e prefaciados por Georg Rudolf Lind e Jacinto do Prado Coelho, Lisboa, Ática.
- ____ (1994) *Poemas de Ricardo Reis*, edição de Luiz Fagundes Duarte, Lisboa, INCM.
- ____ (2007) *Obra Essencial de Fernando Pessoa*, vol. IV, edição de Richard Zenith, Lisboa, Assírio & Alvim.
- ____ (2009) *Sensacionismo e Outros Ismos*, edição de Jerónimo Pizarro, Lisboa, INCM.
- ____ (2012a) *Teoria da Heteronímia*, orgs. Fernando Cabral Martins e Richard Zenith, Lisboa, Assírio & Alvim.
- ____ (2012b) *O Regresso dos Deuses e Outros Escritos de António Mora*, edição de Manuela Parreira da Silva, Lisboa, Assírio & Alvim.
- ____ (2003a) *Ricardo Rei. Prosa*, edição de Manuela Parreira da Silva, Lisboa, Assírio & Alvim.
- ____ (2013) *Livro do Desassossego*, org. Richard Zenith, 11.ª ed., Lisboa, Assírio & Alvim [1998].
- ____ (2014a) *Poesia de Alberto Caetano*, orgs. Fernando Cabral Martins e Richard Zenith, 3.ª ed., Lisboa, Assírio & Alvim [2001]
- ____ (2014b) *Escritos Autobiográficos, Automáticos e de Reflexão*, org. Richard Zenith, 2.ª ed., Lisboa, Assírio & Alvim [2003].